



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

GOVERNANDO O RISCO NO COTIDIANO: O CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA (COR-RIO) COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO URBANA

Caio Baranda-Oliveira¹
e-mail: caiobaranda2@gmail.com

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 8 - Geografia Política e Geopolítica Urbanas

RESUMO

O trabalho analisa o papel do Centro de Operações e Resiliência do Rio de Janeiro (COR-Rio) como instrumento de gestão urbana na governança do risco de inundações associadas às chuvas intensas. O objetivo é compreender como dispositivos técnicos, arranjos institucionais e práticas comunicacionais se articulam na coordenação de respostas em tempo real frente a situações de instabilidade climática. A metodologia adotada é qualitativa e combina análise documental de instrumentos formais de gestão do risco com análise das publicações realizadas pelo perfil oficial do COR-Rio em plataforma digital. Os resultados indicam que o COR-Rio atua como instância central de mobilização, monitoramento, integração e coordenação, convertendo dados técnicos em decisões administrativas. A comunicação em tempo real, por sua vez, desempenha papel central na organização da mobilidade urbana, na legitimação de ações operacionais e na regulação de condutas no cotidiano da cidade. Conclui-se que o clima passa a operar como variável interna aos sistemas de gestão urbana, integrando-se às rotinas de decisão e à manutenção da funcionalidade da cidade diante de eventos extremos.

Palavras-chave: Governança urbana; Risco; Infraestruturas; Chuvas intensas; COR-Rio

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o sistema Terra tem passado por transformações profundas associadas às mudanças climáticas, cujo resultado tem sido a intensificação de eventos climáticos extremos. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) define a mudança climática como aquela atribuída direta ou indiretamente à atividade humana, que altera a composição da atmosfera e ultrapassa a variabilidade climática natural observada em períodos comparáveis, distinguindo, assim, processos naturais de alterações induzidas socialmente. De acordo com o relatório mais recente do IPCC (2023), a tendência é que tais efeitos se tornem mais frequentes e severos nas próximas décadas, com impactos particularmente significativos nas cidades.

No caso do Rio de Janeiro, os principais riscos climáticos identificados pelas políticas municipais de adaptação incluem deslizamentos de encostas, inundações, ilhas e ondas de calor, e a elevação do nível do mar (Rio de Janeiro, 2025a). Este estudo concentra-se, todavia, nas inundações associadas às chuvas intensas, dada sua recorrência e seus efeitos diretos sobre a mobilidade, os serviços urbanos e o cotidiano

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro (RJ).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

da cidade. Segundo dados do Sistema Alerta Rio, há um aumento significativo na frequência de episódios de chuva muito forte (acima de 50 mm em uma hora) desde 1997, o que impacta significativamente a dinâmica urbana. O clima, assim, deixa de ser uma perturbação episódica para se tornar uma condição estruturante da vida urbana (Marvin, 2025).

Tal cenário reforça a necessidade de estratégias institucionais voltadas não apenas à resposta, mas sobretudo à antecipação e mitigação dos impactos causados por esses eventos. Conforme argumenta Beck (2010), os riscos se definem menos por seus efeitos já consumados e mais por seu caráter antecipatório: trata-se do “ainda não evento” que orienta ações no presente, mobilizando sistemas de previsão, monitoramento e preparação. Governa-se, assim, cada vez mais em função daquilo que pode acontecer, e não apenas daquilo que já ocorreu. No caso das chuvas intensas, por exemplo, essa racionalidade se expressa quando modelos climáticos projetam cenários, quando mapas de áreas suscetíveis são elaborados e quando dispositivos de monitoramento passam a operar em tempo real.

Nesse contexto, a governança climática municipal (Rio de Janeiro, 2025a) tende a se estruturar a partir de três grandes pilares interdependentes: (i) instrumentos de planejamento de longo prazo; (ii) instrumentos legais e regulatórios; e (iii) capacidades técnicas e operacionais. É sobretudo nesse terceiro eixo que se insere o Centro de Operações e Resiliência do município do Rio de Janeiro (COR-Rio), voltado a fornecer integração entre uma multiplicidade de organizações públicas e privadas encarregadas de gerir infraestruturas urbanas, entregar serviços locais essenciais e prover resposta a emergências. Como observam Luque-Ayala e Marvin (2016), a intensificação dos riscos tem impulsionado o surgimento de uma nova classe de tecnologias e arranjos organizacionais voltados à gestão em tempo real, redefinindo as formas de governar a cidade. Nesse sentido, a capacidade de antecipar e coordenar respostas rápidas passa a ser entendida como componente estratégico da resiliência urbana frente aos eventos extremos.

Parte-se, assim, da tese de que os instrumentos contemporâneos de gestão urbana — exemplificados pelo arranjo institucional e técnico-operacional do COR-Rio — operam uma expansão da governamentalidade infraestrutural, incorporando o clima e a atmosfera como objetos de gestão, antecipação e coordenação. A partir desse enquadramento, o objetivo geral é analisar o papel do COR na gestão e coordenação da cidade em situações de risco de inundações associados às chuvas intensas. Mais especificamente, busca-se: (i) examinar como a Matriz de Atividades e Responsabilidades estrutura as funções do COR-Rio, o formalizando como instância central de tradução do risco técnico em decisão administrativa; (ii) analisar como essa arquitetura institucional se materializa nas práticas de comunicação durante eventos críticos; e (iii) discutir em que medida tais dispositivos configuram uma forma de governança climática urbana orientada pela antecipação, pela coordenação em tempo real e pela manutenção da funcionalidade urbana.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

METODOLOGIA

Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico que fundamenta a discussão sobre governamentalidade, infraestrutura urbana e governança climática. Em seguida, procedeu-se à análise documental de instrumentos formais de gestão do risco do município, com destaque para a Matriz de Atividades e Responsabilidades para Riscos Climáticos, que organiza as atividades em eixos funcionais correspondentes ao ciclo de gestão de desastres e estrutura a atuação dos órgãos que compõem o COR-Rio, hierarquizando suas respectivas funções. Complementarmente, analisou-se a atuação do COR-Rio durante o episódio de chuvas intensas de abril de 2025, a partir das publicações em suas redes sociais, examinadas como práticas operacionais de governo do cotidiano, por meio das quais se organizam deslocamentos e se legitimam intervenções na cidade, visando à preservação da circulação e da funcionalidade urbana em contextos de instabilidade climática.

ANÁLISE DE RESULTADOS

No contexto do Antropoceno, as infraestruturas assumem papel central na mediação das relações entre humanos, não humanos e ambientes (Hetherington, 2018). Diante da intensificação das instabilidades ambientais, a vida urbana passa a ser organizada por meio de arranjos infraestruturais que operam como dispositivos de convivência com a incerteza, sustentando condições mínimas de continuidade em contextos marcados pela possibilidade permanente de ruptura. Nessas condições, governar riscos não significa apenas responder a eventos extremos quando eles ocorrem, mas administrar de forma contínua os sistemas infraestruturais que tornam a vida urbana possível, transformando a incerteza em um problema de organização e coordenação.

Essa centralidade das infraestruturas está associada ao que Carse (2016) denomina razão infraestrutural: um modo de pensar e organizar o mundo no qual redes técnicas passam a estruturar expectativas sociais, práticas cotidianas e discursos públicos sobre desenvolvimento, governança e tecnologia. Na mesma direção, Larkin (2013) aprofunda esse debate ao definir as infraestruturas como redes construídas que viabilizam a circulação de bens, pessoas e informações, compondo a arquitetura material que sustenta a vida cotidiana. Mais do que suportes técnicos, elas expressam racionalidades políticas específicas, operando como verdadeiros aparatos de governamentalidade. Sua ontologia reside no fato de que são, simultaneamente, coisas e relações entre coisas ou, em suas palavras, “matéria que possibilita o movimento de outra matéria” (Larkin, 2013:329). Por isso, a infraestrutura pode ser compreendida como uma mentalidade e uma forma de viver no mundo, moldando práticas, expectativas e percepções.

A articulação entre infraestrutura, circulação e governo urbano encontra um fundamento teórico central nas análises de Foucault (2007). Para o autor, o problema da cidade é, fundamentalmente, um problema de circulação, e governar implica possibilitar e regular fluxos por meio de dispositivos de segurança que articulam

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

discursos, instituições, normas, saberes e objetos técnicos em resposta a necessidades consideradas urgentes (Foucault, 2007). É a partir desse enquadramento que Luque-Ayala e Marvin (2016) analisam os centros de operações como infraestruturas que possuem capacidades específicas, na medida em que “fornecem os elos tecnológicos que tornam a própria noção de uma cidade moderna possível” (Luque-Ayala e Marvin, 2016:8), viabilizando trocas, relações entre diferentes atores e a incorporação de conhecimento no espaço urbano. Esses dispositivos tornam visíveis processos que normalmente operam de forma dispersa e opaca, permitindo intervenções orientadas à manutenção da circulação e da funcionalidade urbana diante de situações de perturbação. Os centros de operações, assim, não apenas monitoram a cidade, mas produzem uma forma específica de governar o urbano, orientada pela antecipação, pela coordenação em tempo real e pela preservação da normalidade da vida urbana frente à possibilidade de interrupção.

Nesse contexto, o Centro de Operações e Resiliência do Rio de Janeiro (COR-Rio) constitui um dos principais instrumentos institucionais da cidade para a gestão integrada do território e o enfrentamento de eventos extremos. Criado em 2010, após as severas chuvas que evidenciaram a fragmentação da resposta institucional diante de emergências, o COR-Rio foi concebido para integrar as operações cotidianas da cidade e coordenar respostas a situações excepcionais, reunindo, em um mesmo espaço físico, representantes de diferentes órgãos municipais (Rio de Janeiro, 2010). Sua criação insere-se em um contexto mais amplo de modernização das infraestruturas urbanas associado às lógicas do *smart urbanism* e da resiliência, nas quais a ênfase recai menos na eliminação dos riscos e mais na capacidade de absorver choques e manter a funcionalidade dos sistemas urbanos (Halpern et al., 2013).

A análise da matriz de responsabilidades de riscos climáticos do município (Rio de Janeiro, 2025b) evidencia o papel do COR-Rio como instância central de comando e coordenação da gestão urbana em situações de instabilidade. Diferentemente dos órgãos setoriais voltados à execução direta de serviços, o COR concentra funções estratégicas de (i) mobilização, ao definir e divulgar os estágios operacionais da cidade e os níveis de calor e manter ativos os canais de comunicação com a Defesa Civil; (ii) monitoramento, ao acompanhar impactos diretos como alagamentos; (iii) integração, ao articular informações e ações entre diferentes órgãos e orientar a população por múltiplos meios; e (iv) coordenação, ao figurar como Responsável Único (RU) pelo acionamento de recursos no território. Além disso, embora o sistema Alerta Rio seja responsável pelo monitoramento meteorológico, cabe ao COR receber, integrar, validar e traduzir dados técnicos em categorias operacionais compreensíveis, convertendo o risco climático em decisão administrativa.

Esse arranjo institucional pode ser observado empiricamente na análise do episódio de chuvas intensas ocorrido entre os dias 3 e 6 de abril de 2025, a partir das publicações realizadas pelo perfil oficial do COR-Rio na plataforma ‘X’ (antigo twitter). As postagens incluíram atualizações sobre previsões meteorológicas, volumes acumulados de chuva, acionamento de sirenes, registros de ocorrências como

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

bolsões d'água, quedas de árvores e deslizamentos, que afetaram diversos pontos da cidade. No entanto, mais do que enumerar incidentes, a comunicação esteve orientada aos impactos sobre a circulação cotidiana, informando interdições totais ou parciais, retenções no trânsito, necessidade de desvios, implantação de faixas reversíveis e recomendações de atenção redobrada. Dessa forma, a comunicação não apenas informa, mas também organiza a mobilidade urbana, sinaliza áreas a serem evitadas e legitima intervenções operacionais, integrando-se diretamente às práticas materiais de gestão da cidade. Essa dinâmica dialoga diretamente com o proposto por Marvin (2025), que argumenta que, em contextos de intensificação das instabilidades climáticas, dispositivos de monitoramento meteorológico, plataformas digitais e sistemas de alerta em tempo real passam a integrar a própria infraestrutura urbana, permitindo que o clima seja continuamente antecipado, operacionalizado e integrado às rotinas de decisão e coordenação urbana. No caso do COR-Rio, a chuva deixa de ser apenas um fenômeno natural e passa a ser tratada como uma variável operacional articulada à manutenção da vida urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar o Centro de Operações e Resiliência do Rio de Janeiro (COR-Rio) como instrumento central da gestão urbana, evidenciando como a governança do risco de inundações associadas às chuvas intensas se estrutura a partir de dispositivos técnicos, arranjos institucionais e práticas comunicacionais orientadas pela antecipação e pela coordenação em tempo real. A análise da Matriz de Atividades e Responsabilidades para Riscos Climáticos permitiu identificar o papel do COR como instância de mobilização, monitoramento, integração e coordenação, responsável por traduzir dados técnicos em decisões administrativas e acionamento de recursos no território. O recorte empírico das chuvas de abril de 2025 mostrou como essas atribuições se materializam na prática, especialmente por meio da comunicação em tempo real, que esteve fortemente orientada aos impactos sobre a circulação cotidiana, informando interdições totais ou parciais de vias, retenções no trânsito, necessidade de desvios, implantação de faixas reversíveis e recomendações à população.

Dessa forma, os resultados dialogam diretamente com a proposição de Marvin (2025) de que, em contextos de intensificação das instabilidades climáticas, o clima passa a integrar as infraestruturas urbanas por meio de sistemas de monitoramento, plataformas digitais e dispositivos de alerta em tempo real, tornando-se parte constitutiva das rotinas de decisão e coordenação. No caso do COR-Rio, a chuva deixa de ser apenas um evento natural e passa a operar como variável técnica nos protocolos de gestão urbana, vinculada à manutenção da circulação, à organização dos serviços e à preservação da funcionalidade da cidade. Assim, os instrumentos analisados não apenas respondem a eventos extremos, mas configuram uma forma específica de governança climática urbana, na qual antecipação, coordenação e operação em tempo real tornam-se centrais para o governo do cotidiano em contextos de risco.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa, fundamental para a realização e o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

CARSE, Ashley. Keyword: Infrastructure: how a humble French engineering term shaped the modern world. In: **Infrastructures and social complexity**. London: Routledge, 2016. p. 45–57.

FOUCAULT, Michel. **Security, territory, population**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HALPERN, Orit; MITCHELL, Robert; GEOGHEGAN, Bernard. The smartness mandate: cognitive infrastructures of the smart city. **Grey Room**, n. 56, p. 14–39, 2013. Disponível em: <https://www.greyroom.org/issues/68/72/the-smartness-mandate-notes-toward-a-critique/>.

HETHERINGTON, Kevin (ed.). **Infrastructure, environment, and life in the Anthropocene**. Durham: Duke University Press, 2018.

IPCC. **Climate Change 2023: synthesis report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2023. p. 35–115. DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.

LARKIN, Brian. The politics and poetics of infrastructure. **Annual Review of Anthropology**, v. 42, p. 327–343, 2013.

LUQUE-AYALA, Andrés; MARVIN, Simon. The maintenance of urban circulation: an operational logic of infrastructural control. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 34, n. 2, p. 191–208, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263775815611422>.

MARVIN, Simon. Smart weather: why does it matter for urban studies? **Urban Geography**, v. 46, n. 7, p. 1630–1641, 2025.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 33.322, de 28 de dezembro de 2010**. Cria o Centro Integrado de Controle Operacional – Centro de Operações Rio. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 29 dez. 2010. Disponível em: <http://leismunicipa.is/qdnbu>.

_____. Centro de Operações e Resiliência (COR). **Plano Verão 2023–2024: ações estratégicas e integradas**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2023. E-book (PDF).

Centro de Operações e Resiliência (COR). **Plano Verão 2025–2026: estratégias de enfrentamento ao período de maiores riscos climáticos**. Coordenação: Thiago Curvello Pinto. Rio de Janeiro: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2025a. E-book (PDF). ISBN 978-65-983621-5-7.

_____. Centro de Operações e Resiliência (COR). **Matriz de atividades e responsabilidades: riscos climáticos**. Versão 2025, v. 1.7, atualização em 25 out. 2025. Rio de Janeiro: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2025b.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/